

TRANSPARÊNCIA

Lei amplia acesso do cidadão à informação pública e reforça a transparência no Brasil

Lei de Acesso à Informação entra em vigor nesta quarta-feira (16) e vale para todos os órgãos públicos



Acesso à Informação

O cidadão brasileiro poderá exercer plenamente o direito à informação pública com a entrada em vigor, nesta quarta-feira (16), da Lei de Acesso à Informação. Proposta pelo governo federal e aprovada pelo Congresso Nacional, a norma é considerada uma das mais abrangentes e avançadas do mundo. As regras valem para a administração direta e indireta de todos os Poderes e entes federativos e se apresentam como instrumento eficiente de participação da sociedade na gestão pública.

A Lei de Acesso à Informação faz do conceito de transparência um direito de fato do cidadão brasileiro, pois uma pessoa bem informada tem melhores condições de conhecer e acessar outros direitos essenciais como saúde, educação e benefícios sociais. Além disso, o acesso a esses dados constitui-se em um dos fundamentos para a consolidação da democracia, pois fortalece a capacidade dos indivíduos de participar de modo efetivo da tomada de decisões que os afeta. Esse direito garante a ampliação do acesso à prestação de contas públicas, possibilita o monitoramento sistemático da execução e resultados das políticas públicas e faz da participação social um exercício de cidadania e de garantia de uma gestão pública de qualidade.

Entre os avanços estão o fim do sigilo

eterno de documentos oficiais e a obrigatoriedade de todos os órgãos públicos de prestar, em no máximo 30 dias, informações de interesse do cidadão, sem que esse necessite justificar o pedido. De maneira espontânea, os órgãos e entidades públicas devem divulgar, independentemente de solicitações, informações de interesse geral ou coletivo, por meio de todos os canais disponíveis e obrigatoriamente em sítios da internet.

Informações sobre contratos, licitações, gastos, repasses e transferências de recursos, por exemplo, devem ser fornecidas de forma clara, em linguagem simples e direta e com apoio de ferramentas de busca e pesquisa na internet. A lei determina também que nenhum documento, ato ou fato que se configure como ameaça aos direitos humanos pode ser tratado como sigiloso. A transparência passa a ser a regra e o sigilo, a exceção.

A nova lei se soma a outras iniciativas que já privilegiavam a transparência ativa, como o Portal da Transparência - que

oferece informações sobre as ações do governo federal para que a sociedade acompanhe como o dinheiro público é gasto. Medidas como essa fizeram do Brasil o oitavo país mais transparente do mundo e o primeiro da América Latina, no Índice de Orçamento Aberto do International Budget Partnership (IBP).

Canais - O governo federal trabalhou nos últimos seis meses para implementar a nova lei. Todos os órgãos centrais já criaram canais exclusivos de interação com a sociedade, conhecidos como Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). O atendimento é presencial, pela internet ou por telefone.

Desse modo, a opção do governo federal pela transparência se apresenta como um mecanismo de aprimoramento da qualidade do gasto público, redução de custos, racionalização de processos e transformação, para melhor, da vida do cidadão brasileiro. ■

Acesse o portal em: www.cgu.gov.br

BRASIL

Links de Interesse | Fale Conosco

Acesso à Informação

Direito Universal | Acesso à Informação no Brasil | Transparência Ativa | Eventos | Materiais de Interesse

Lei de Acesso à Informação

Informações públicas: direito de todos os brasileiros

Cultura de Acesso
O servidor tem papel fundamental na mudança de cultura necessária à abertura de dados. [Leia mais](#)

Cartilha "Acesso à Informação Pública"
Publicação destaca vantagens da cultura de acesso, em detrimento à cultura do sigilo. [Leia mais](#)

Palavra Aberta
Conheça algumas palavras e expressões que integram uma cultura de acesso à informação. [Leia mais](#)

Conheça o Mapa da Lei
Confira os temas tratados pela Lei de Acesso à Informação e saiba em quais artigos eles são abordados. [Leia mais](#)

Perguntas e Respostas
Saiba mais sobre a Lei de Acesso à Informação e por meio das Perguntas e Respostas que abordam seus principais aspectos. [Leia mais](#)

Acesso: Quais as Exceções?
A Lei de Acesso à Informação prevê como exceções à regra de acesso os dados pessoais e as informações classificadas como sigilosas. [Leia mais](#)

CONVERSA COM A PRESIDENTA

O SUS atende gratuitamente quem busca ajuda para parar de fumar. Entre 2005 e 2011, o Ministério da Saúde destinou R\$ 98 milhões ao tratamento de fumantes

Sou assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Como devo proceder para que os usuários deficientes possam ter acesso aos direitos do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência?

Cléia Regina Vieira, 53 anos, assistente social em Hulha Negra (RS)

Presidenta - Cléia, em novembro do ano passado, nós lançamos o Viver Sem Limite, com ações nas áreas de educação, saúde, inclusão social e acessibilidade, que visam promover a autonomia e garantir direitos para as pessoas com deficiência. Para implementar essas ações e fazer com que os benefícios cheguem efetivamente à vida das pessoas, estamos construindo parcerias com estados e municípios. Em janeiro, o estado do Rio Grande do Sul aderiu ao Viver sem Limite, por meio da assinatura de um termo de cooperação com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência. Na ocasião, foi lançado o RS sem Limite, que trabalha na mesma linha do programa federal. Para obter informações detalhadas sobre como fazer chegar os benefícios às pessoas com deficiência com as quais você trabalha, basta consultar a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul ou a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades (Faders). Para conhecer em detalhes as ações do Viver sem Limite, que mobilizará investimentos de R\$ 7,6 bilhões até 2014, basta acessar a página www.pessoacomdeficiencia.gov.br. Temos no Brasil 45 milhões de pessoas com deficiência, sendo 2,5 milhões no seu estado. Estamos trabalhando no sentido de criar as condições para que esses brasileiros possam desenvolver todas as suas potencialidades. ■

Gostaria de ter mais informações sobre o andamento das obras de Transposição do Rio São Francisco, incluindo o percentual concluído e o prazo estimado de conclusão.

Heitor Brasil da Silva, 47 anos, técnico de produção no Rio de Janeiro (RJ)

Presidenta - O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é o maior empreendimento de infraestrutura hídrica que o governo federal está executando e já está com 36% das obras concluídas. Os investimentos estão divididos em 14 lotes, além de dois canais de aproximação. Estão em atividade 11 lotes de obras, nos quais trabalham cerca de 4.500 pessoas, número que deve subir para 6.500 até o final do ano. No Eixo Leste, que vai da captação no reservatório de Itaparica, em Floresta (PE), até o reservatório Poções, em Monteiro (PB), as obras estarão concluídas até dezembro de 2014. No Eixo Norte, o trecho que vai da captação no São Francisco, em Cabrobó (PE), até o reservatório Boi II, em Brejo Santo (CE), deverá estar concluído também no final de 2014. O trecho que vai desse último reservatório até o reservatório Engenheiro Ávidos, em Cajazeiras (PB), será finalizado em dezembro de 2015. Quando estiver concluído, Heitor, o Projeto de Integração vai levar água para a população urbana de 390 municípios do semiárido nordestino nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. ■

Por que o governo não cria programas para ajudar quem deseja parar com o vício de fumar?

José Marques Canuto, 56 anos, representante comercial em Duque de Caxias (RJ)

Presidenta - O Sistema Único de Saúde (SUS), José, atende gratuitamente quem busca ajuda para parar de fumar. O programa existe desde 2005. Basta procurar um posto de saúde próximo de casa ou do trabalho e se informar sobre locais e horários de tratamento para tabagismo. Entre 2005 e 2011, o Ministério da Saúde destinou R\$ 98 milhões ao tratamento de fumantes. Nesse mesmo período, o Ministério enviou às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde 44,3 milhões de adesivos, 5,3 milhões de gomas de mascar e 3,1 milhões de pastilhas de nicotina, além de 16,4 milhões de comprimidos de cloridrato bupropiona, usados no tratamento de fumantes. Nossas políticas públicas vêm contribuindo fortemente para a redução do tabagismo. Pesquisa do Ministério da Saúde mostra que, de 2006 para 2011, o percentual de fumantes na população caiu de 16,2% para 14,8%, menos da metade do índice de 1989, que ficou em 34,8%, segundo pesquisa do IBGE. Hoje, temos mais ex-fumantes do que fumantes no País, mas sabemos que precisamos continuar reforçando essa luta. Para obter mais informações sobre as ações antitabagismo, você pode recorrer ao Disque Saúde, pelo telefone 136. A ligação é gratuita. ■

A coluna semanal 'Conversa com a Presidenta' é o espaço onde a presidenta Dilma Rousseff responde perguntas enviadas por leitores de todo o País.

BOM DIA MINISTRO

“Estamos aumentando em 66,7% os recursos para os municípios comprarem merenda escolar”

Em entrevista ao programa Bom Dia Ministro dessa terça-feira (15), a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, falou sobre o programa Brasil Carinhoso e a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Leia abaixo trechos da entrevista, editada pelo Em Questão.



Foto: Agência Brasil

Tereza Campello
Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasil Carinhoso

O Brasil Carinhoso tem três grandes linhas: transferência de renda; educação, em especial creches; e também estamos preocupados com a saúde e a suplementação de micronutrientes para crianças. Todas as famílias extremamente pobres, independente do estado, que tenham criança de zero a seis anos, são beneficiárias do programa. Todas as crianças pobres, ou não, têm direito à vitamina A, ao sulfato ferroso, às complementações nutricionais e estarão recebendo o nosso apoio, com a antecipação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Saúde

Estamos distribuindo uma megadose de Vitamina A para as crianças, simultaneamente às campanhas de vacinação. Em agosto, as mães com crianças até cinco anos já receberão a megadose. É um suplemento alimentar muito importante e poderemos reduzir em quase 25% as mortes de crianças no Brasil, é uma recomendação da Organização Mundial de Saúde. A outra ação é a distribuição de sulfato ferroso para combater a anemia de crianças. O sulfato ferroso já está disponível nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs),

nos postos de saúde, mas tem que ser com o acompanhamento médico. A terceira ação é no Aqui Tem Farmácia Popular, com distribuição gratuita de remédio para asma.

Merenda escolar

Outra ação que envolve crianças e suplementação alimentar é o aumento da merenda escolar nas escolas. Estamos aumentando em 66,7% os recursos para os municípios comprarem merenda. Isso é um apoio aos municípios. A alimentação melhorou, inclusive comprando da agricultura familiar.

Creches

Mais de 80% das crianças já estão na pré-escola, mas, nas creches, temos 23% delas. Faltam creches e, para melhorar essa oferta, não só assinamos com os prefeitos a construção de mais 1,5 mil unidades, como mudamos o custeio das creches. A criança entrava na creche e só começava a contar daqui um ano ou um ano e meio no Censo Escolar. Com isso, o prefeito ficava sem recursos para custear as creches. Nós passamos a custear, a passar recursos para manutenção, que é o grande gasto em creches, gasto com fraldas, com alimentação, para pagar pessoal. São R\$ 2.700, por ano, por vaga, por criança, que estão sendo antecipados. Para as crianças do Bolsa Família, que são pobres, vamos passar 50% a mais do dinheiro; dá R\$ 1.362 a mais, por ano, para cada. Esse recurso será repassado não só para creches públicas, mas para as conveniadas. As instituições privadas que abram novas vagas, que acolham crianças do Bolsa Família, também poderão receber.

Bolsa Família

Vamos complementar a renda dessa família até que chegue em

R\$ 70 para cada uma das pessoas, se a família tiver criança de zero a seis anos. Quem já está no Bolsa Família não tem que tomar nenhuma providência, já vai receber, a partir de junho, os recursos a mais. Para as famílias que são extremamente pobres e que ainda não estão no Bolsa Família, estamos fazendo Busca Ativa, com o apoio dos estados e municípios.

Período de seca

Uma das preocupações para começar a pagar em junho tem a ver com a seca. Setenta e oito por cento das crianças extremamente pobres do Brasil estão no Nordeste, uma parte enorme delas está no semiárido nordestino. Dizem que será a pior seca em 50 anos.

Rio+20

É um evento que acontece no Brasil, em junho, não só para que a gente discuta a agenda ambiental, mas como juntar essas três agendas: a do desenvolvimento econômico, a social e a ambiental. Não tem como a gente discutir economia verde sem inclusão social. Essa é a proposta do Brasil: que junte as três agendas e construa uma sociedade onde a população se beneficie e, ao mesmo tempo, preserve o meio ambiente. O Brasil tem a experiência do Bolsa Verde, onde a gente complementa o Bolsa Família com um repasse de recursos para que as famílias que moram em áreas de preservação nos ajudem a cuidar dessas florestas. ■

O programa é transmitido ao vivo pela TV NBR e pode ser acompanhado na página da Secretaria de Imprensa da Presidência da República (www.planalto.gov.br)

JUSTIÇA

Prorrogadas inscrições para criação de núcleos de Justiça Comunitária

As inscrições para criação de novos núcleos de Justiça Comunitária foram prorrogadas para até 22 de maio, conforme edital publicado no Diário Oficial da União (DOU). Os núcleos promovem a resolução pacífica de conflitos por integrantes da própria comunidade. Estados, municípios, órgãos do Poder Judiciário, ministérios públicos e defensorias públicas poderão apresentar projetos para receber recursos do governo federal. O valor investido pelo Ministério da Justiça é de R\$ 3 milhões e somente serão beneficiados municípios com população acima de cem mil habitantes. Cada projeto receberá até R\$ 300 mil.

O edital público, lançado em abril pela Secretaria de Reforma do Judiciário do ministério, detalha os critérios de seleção, que incluem experiência anterior do proponente com mediação de conflitos. A proposta deve ser apresentada por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv).

O resultado será publicado em 6 de junho no DOU e divulgado na página do MJ na internet. Os convênios terão vigência mínima de 18 meses, sendo seis meses para estruturação do núcleo e 12 para o funcionamento efetivo. ■

Edital e Manual de Orientação em: www.mj.gov.br

AGRICULTURA FAMILIAR

Cerca de 28 mil agricultores já receberam pagamento do Seaf

O número de agricultores familiares que já receberam pagamento do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) já chega a 28.347. O balanço, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), registrou, até o último dia 8, o pagamento de R\$192 milhões em benefícios do Seaf aos agricultores - principalmente no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, onde houve maior número de comunicação de perdas devido à forte seca na região. De acordo com o secretário da Agricultura Familiar, Laudemir Müller, os agricultores atingidos pelos efeitos climáticos e que contrataram operação de custeio têm sua renda garantida com o Seaf. No caso das operações de investimento, a adesão é opcional. O principal motivo das perdas na safra atual (2011-2012) é a forte estiagem na região Sul.

Seguro - Ação dirigida aos agricultores familiares que contratam financiamentos de custeio agrícola no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Seaf cobre perdas provocadas por chuva excessiva, geada, granizo, seca, variação excessiva de temperatura, ventos fortes, ventos frios, doença fúngica ou praga sem método de controle técnica ou economicamente viável. A lavoura precisa passar por uma vistoria para apuração do montante e das causas dos danos. Os agricultores também podem acessar o seguro para as parcelas de crédito de investimento do Pronaf. ■

Outras informações em: www.mda.gov.br

SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO

Mais 68 municípios receberão rádios comunitárias

Novo aviso de habilitação para a inscrição de entidades interessadas em operar uma rádio comunitária foi lançado na última segunda-feira (14), pelo Ministério das Comunicações. É o quinto aviso publicado neste ano e vai autorizar a implantação de novas emissoras em 68 municípios, distribuídos por 15 estados brasileiros.

As entidades interessadas em executar o serviço em alguma dessas cidades terão 60 dias para se inscrever. A inscrição deverá ser feita através de formulário disponível na página do ministério na internet e também via postal.

O quinto aviso de habilitação para radiodifusão comunitária de 2012 faz parte do cronograma do Plano Nacional de Outorgas 2012/2013 para o setor. Inicialmente, os avisos buscam incluir as cidades em que não há nenhuma emissora comunitária outorgada e nenhum processo em andamento. Em seguida, passa-se a contemplar os municípios que já apresentaram ao ministério novas demandas por rádios comunitárias. A meta é dar condições para que o serviço chegue a todo o País até o fim de 2013, com pelo menos uma emissora comunitária funcionando em cada município. Para isso, lançou, no ano passado, o Plano Nacional de Outorgas (PNO): um planejamento com a divulgação prévia de todos os avisos de habilitação a serem publicados num determinado período. Ao todo, 1.425 novos municípios serão contemplados. ■

Inscrições em: www.mc.gov.br

EXPEDIENTE

DIRETOR DA ACESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA:
JORGE DUARTE
EDITORES:
IVANA CAMPOS
ADRIANO FERNANDES
DIAGRAMAÇÃO: EDUARDO GOULART

IMPRESSÃO: IMPRENSA NACIONAL
CONTATO:
EMQUESTAO@PLANALTO.GOV.BR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
BLOCO A - 6º ANDAR - SALA 631
BRASÍLIA - DF - CEP: 70054-906
TELEFONES: (61) 3411-4928 / 3411-4818

EM QUESTÃO NAS REDES SOCIAIS:
TWITTER.COM/EMQUESTAO_PR
FACEBOOK.COM/EMQUESTAO.SECOM

www.secom.gov.br

RECEBA O EM QUESTÃO POR EMAIL. ENVIE UMA MENSAGEM PARA

emquestao@planalto.gov.br

NO CAMPO ASSUNTO ESCREVA INCLUIR.

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA